

## APRESENTAÇÃO

Prezados leitores, uma vez mais temos a grande alegria de apresentar mais uma edição da nossa RDC – REVISTA DE DIREITO CIVIL. Trata-se de trabalho árduo que conta, amiúde, com o esforço de vários funcionários que, desde a diagramação até a correção final, fazem um dos melhores trabalhos de edição.

Além disso, contamos, também, com vários Articulistas, Professores e Pesquisadores que, periodicamente, aceitam nosso convite e apresentam seus Artigos para a avaliação e a aprovação do nosso Conselho Editorial. Também eles, os Membros do Conselho, empenham-se semestralmente, a fim de não apenas receber os Artigos, mas também, valorizá-los, com leitura vertical, apresentar sugestões de conteúdo e forma e, assim, aprová-los para publicação.

Neste sentido, apresentamos o resultado de mais um trabalho. Dessarte, nossa atual edição traz um brilhante texto sobre o fenômeno da constitucionalização do Direito Civil em face da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.

Na sequência, fazemos uma visita a Proudhon e Pontes de Miranda, a fim de abordamos o direito de propriedade sob novos ângulos. Igualmente, não poderia faltar nessa oportunidade, um texto que trata da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados e seus reflexos no Direito brasileiro.

Sempre atual, apresentamos o Artigo que trata do ECA e dos direitos fundamentais do adolescente em uma sociedade cada vez mais punitivista. D’outro lado, poderemos estudar o caso da mão peluda (no Brasil) a partir de uma abordagem do Common Law e Civil Law.

Não menos importante, em trabalho fruto de pesquisa de Estudantes e Orientador, percorreremos os direitos da personalidade dos migrantes, sobretudo em face da pandemia da COVID-19.

Além disso, revisitaremos os institutos da Posse na terra urbana e a preservação do Meio Ambiente. Como contribuição ao estudo dos Direitos da Personalidade, veremos, como fonte comparativa, os desdobramentos lombrosiano sobre as mulheres italianas do sul da Itália que, aliás, foram de fundamental importância para a colonização brasileira.

Encerrando nossos Artigos da presente edição, apresentamos uma reflexão sobre a comunidade de bens e longo processo de busca e formação de uma comunidade mais justa, livre, solidária, a partir do encontro de instituições de justiça material. Além disso, vamos às fontes cuneiformes do Direito, a fim de compreender aspectos da justiça com o encontro do Ius e do Fas.

Finalmente, sentimo-nos honrados e satisfeitos com mais esta edição de nossa RDC e a certeza de estarmos prestando um serviço relevante para a Comunidade Jurídica em geral, formada

de estudantes, estudiosos, professores e professores-pesquisadores, assim como egressos, advogados, juízes, membros do MP, defensores públicos e demais interessados na riqueza multidisciplinar, interdisciplinar e pluridisciplinar que vem marcando nossa RDC.

Cordial abraço,

*Prof. Dr. Pietro Nardella-Dellova*  
**Coordenador da Revista de Direito Civil**